

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Prefácio – Prof. CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO</i>	11
<i>Introdução</i>	17

Capítulo I – REGIME JURÍDICO

<i>1.1 Noção e valor metodológico do regime jurídico</i>	23
<i>1.2 Princípios e regras jurídicas</i>	26
<i>1.2.1 Conceito</i>	31
<i>1.2.2 Funções</i>	34
<i>1.2.3 Aplicação</i>	41

Capítulo II – PROCESSO ADMINISTRATIVO

<i>2.1 O processo administrativo como espécie do gênero processo</i>	46
<i>2.2 A disciplina legal do processo administrativo</i>	60
<i>2.2.1 A Lei 9.784/1999</i>	65
<i>2.3 Conceito de processo administrativo</i>	68
<i>2.4 Processo e procedimento: para além de uma questão semântica</i>	80
<i>2.5 Finalidade do processo administrativo</i>	88
<i>2.6 Processo administrativo e democracia: binômio indissociável</i>	95



Capítulo III – ESPÉCIES DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

3.1 Considerações iniciais	100
3.2 Processos ampliativos de direito	104
3.2.1 Conceito	104
3.2.2 Classificação	106
3.3 Processos restritivos de direito	107
3.3.1 Conceito	107
3.3.2 Classificação	109

Capítulo IV – REGIME JURÍDICO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

4.1 Considerações sobre o regime jurídico do processo administrativo	111
4.1.1 <i>Princípios gerais do Direito Administrativo e sua relação com o processo administrativo</i>	119
4.1.1.1 Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado	120
4.1.1.2 Princípio da legalidade	122
4.1.1.3 Princípio da finalidade	127
4.1.1.4 Princípio da razoabilidade	129
4.1.1.5 Princípio da proporcionalidade	132
4.1.1.6 Princípio da impessoalidade	135
4.1.1.7 Princípio da moralidade	137
4.1.1.8 Princípio da publicidade	140
4.1.1.9 Princípio da eficiência	145
4.1.1.10 Princípio da motivação	147
4.2 Princípio do devido processo legal	151
4.2.1 <i>Origem e evolução na Inglaterra e nos Estados Unidos</i>	154
4.2.2 <i>O princípio do devido processo legal no Direito brasileiro</i>	158

4.3 Princípios do processo administrativo	165
4.3.1 O Direito Processual Administrativo como disciplina jurídica autônoma	167
 Capítulo V – PRINCÍPIOS DE ÍNDOLE PROCESSUAL REGENTES DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS AMPLIATIVOS E RESTRITIVOS DE DIREITO	
5.1 Considerações iniciais	170
5.1.1 Princípio do contraditório	173
5.1.2 Princípio do julgador natural	184
5.1.3 Princípio da revisibilidade	188
5.1.4 Princípio da verdade material	195
5.1.5 Princípio do formalismo moderado	199
5.1.6 Princípio da proibição da “reformatio in pejus”	204
5.1.7 Princípio da celeridade e duração razoável do pro- cesso	208
 Capítulo VI – PRINCÍPIOS DE ÍNDOLE PROCESSUAL REGENTES DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS RESTRITIVOS DE DIREITO	
6.1 Princípios regentes dos processos administrativos restri- tivos de direito: semelhanças e peculiaridades em relação ao regime jurídico dos processos ampliativos de direito ...	213
6.1.1 Princípio da ampla defesa	214
6.1.2 Princípio da oficialidade	227
6.1.3 Princípio da gratuidade	231
 Conclusões	233
Referências Bibliográficas	237